

## CURIOSIDADE (EPISTEMOLÓGICA) E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

JÚLIA ELIANE FORTES PINHEIRO<sup>1</sup>;

DANTE DINIZ BESSA<sup>2</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [fortesjulia479@gmail.com](mailto:fortesjulia479@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [ddbessah@gmail.com](mailto:ddbessah@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A escola brasileira é composta por uma diversidade de sujeitos que, embora desempenhem funções distintas, contribuem, coletivamente, para a formação dos estudantes. Entre esses sujeitos estão funcionários e funcionárias que trabalham em escolas, mas exercem funções distintas de professores e professoras, pedagogos e pedagogas. São eles: merendeiras, higienizadoras, auxiliares de ensino, seguranças, porteiros, zeladores, monitores, técnicos de multimeios, secretárias, inspetores, entre outros que compõem a categoria de profissionais de educação, como dispõe a Lei nº 12.014/2009.

Entretanto, mesmo reconhecidos como profissionais da educação, por direito, funcionários e funcionárias não encontram espaços na escola para se manifestar, debater e refletir sobre sua função como educadores (Scapini, 2014), sendo, na maior parte das vezes, ignorados nos projetos político-pedagógicos das escolas, algo que a Lei n. 9.394, de 1996, lhes garante. Tal situação caracteriza a desvalorização do trabalho não docente, além de prejudicar a formação dos discentes, pois estes profissionais estão presentes em todos os espaços da escola, onde desempenham funções fundamentais para que a mesma continue funcionando e o ensino ganhe em qualidade, tornando este processo mais democrático.

Neste cenário surge o Grupo de Estudos Sobre Educação não Docente na Escola, o Geende, que foi pensado a partir do encontro entre um professor universitário, uma merendeira e uma higienizadora, ambas estudantes de licenciaturas, que juntos se questionavam sobre a identidade de funcionários e funcionárias como profissionais da educação.

O Grupo analisa e debate as relações entre trabalho não docente e educação na escola pública, com objetivo de compreender o que identifica funcionários e funcionários como profissionais da educação, quais são as especificidades da educação que fazem e que diferenciam o seu trabalho educativo do trabalho de professoras e professores, de pedagogas e pedagogos. Composto por estudantes universitárias que exercem funções não docentes em escolas, estudantes de licenciaturas e técnico administrativo em educação (TAE) da universidade, nos apoiamos naquilo que Paulo Freire (1996) denomina curiosidade epistemológica, isto é, uma conduta que exige aprofundar nossos estudos de maneira crítica e reflexiva, para fortalecer as integrantes, intelectualmente, de modo a que permaneçam no processo formativo no Ensino Superior.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo descrever as atividades realizadas no Geende e analisá-las quanto ao processo de superação da curiosidade ingênua pela curiosidade epistemológica bem como quanto às contribuições que o Grupo oferece para a permanência, na universidade, das trabalhadoras-estudantes que dele participam.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

A curiosidade epistemológica é uma curiosidade que está relacionada à forma como entendemos o mundo. Diferentemente da curiosidade ingênua, que se preocupa em como resolver problemas práticos do dia a dia sem questioná-los, a curiosidade epistemológica nos faz refletir sobre a maneira como a sociedade em que estamos inseridos está organizada (Freire, 1966). Dessa forma, ela vai além da vontade de solucionar problemas imediatamente, pois exige estudo e pensamento crítico que, juntos, nos levam a pensar e agir sobre a realidade, sempre questionando o que nos é imposto como verdade.

Epistemologicamente curiosas, buscamos compreender a forma como os conhecimentos são construídos, quais as origens e interesses na sua construção e como é posto em sociedade, nos tornando sujeitas ativas no processo de construção e (re)construção, ou seja, mais do que armazenar saberes na memória, construímos conhecimentos em interação com nossa realidade e no diálogo com outras pessoas.

A curiosidade em si faz parte da natureza humana, porém, muda de qualidade ao ser criticizada, ao dispor de métodos e instrumentos para se aproximar do objeto do conhecimento: a realidade na qual vivemos e trabalhamos. Já a curiosidade epistemológica exige um saber produzido com rigor metodológico, exige pesquisa.

A pesquisa, por sua vez, é condição da superação da curiosidade ingênua pela curiosidade epistemológica. A superação da ingenuidade pela criticidade, entretanto, não se dá automaticamente. Necessita de formação no diálogo participativo. Por isso, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil (Freire, 1996, p. 35-6).

No Geende, buscamos analisar a escola com olhar crítico sobre sua organização e as relações sociais que estão presentes nela. Mais do que simplesmente descrever "como" a escola está organizada, nos aprofundamos para compreender o "porquê" e o "para que" dessa estrutura. Nossos estudos permitem ir além de uma curiosidade ingênua, pois pesquisamos, refletimos e discutimos sobre as raízes históricas, os interesses e as dinâmicas de poder que moldam a escola.

Porque somos seres históricos e fazemos história, precisamos conhecer o conhecimento historicamente produzido. Precisamos aprender e ensinar pela pesquisa, pois são dois momentos do ciclo gnosiológico: um em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e outro em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente (Freire, 1996, p. 31).

Dessa forma, no Geende, analisamos e refletimos sobre as leituras acerca dos conhecimentos relacionados à educação e à organização escolar desde relatos de vivências das participantes do Grupo e vice-versa. Leituras e relatos são as fontes de pesquisa que nos ajudam a aprofundar e construir juntos novos saberes. Com essa conduta metodológica, o olhar para o trabalho não docente que, antes, para mim, se reduzia a um simples apoio ao trabalho de professores(as), se tornou um olhar que comprehende este trabalho como imprescindível para que a escola continue funcionando e ganhe em qualidade material, social e afetiva.

São concepções que se revertem a partir do estudo, da pesquisa e, principalmente, do diálogo com as participantes do Geende, pois, como destaca Paulo Freire:

...é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais

escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador (Freire, 1996, p. 43).

Superar a consciência ingênua por uma consciência epistemológica, para Freire, significa que

quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica (Freire, 1996, p. 44).

Agora, mais do que entender a necessidade de melhores condições de trabalho no que diz respeito à remuneração e a materiais, entendo que o trabalho não docente precisa ser reconhecido e valorizado, socialmente, como trabalho educativo, pois faz parte do processo de formação dos sujeitos que estão inseridos na escola. Isto porque os profissionais não docentes desempenham funções fundamentais para garantir direitos sociais cuja responsabilidade também é da escola, e que extrapolam as funções de professores(as), pedagogas(os).

As funções de funcionárias e funcionários na escola garante a alunas(os) a integridade física, seu desenvolvimento emocional e psicológico, pois o trabalho não docente garante o acesso à alimentação saudável, à segurança, ao cuidado, à higiene, à saúde, entre outros.

Nesse sentido, a política de valorização desta categoria afirma:

... os funcionários, conscientes de seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores" (Brasil, 2004, p.17).

Esta valorização só é possível através do reconhecimento destes profissionais, tanto da sociedade, quanto dos mesmos, que precisam se reconhecer como profissionais da educação. O que exige profissionalização como educadores.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, às discussões realizadas no Geende são necessárias, pois abrem espaço para que profissionais não docentes possam debater acerca das experiências de trabalho na escola pública, bem como refletir sobre seu papel enquanto profissionais de educação. Além disso, o Grupo contribui para formar futuros(as) professores(as) e gestores(as) que estejam, de fato, comprometidos com uma gestão escolar democrática, ou seja, uma gestão que reconheça e inclua, de forma efetiva, toda a comunidade escolar no projeto pedagógico coletivo.

Por fim, nossos estudos têm possibilitado a nós, pedagogas e professoras em formação inicial, e profissionais não docentes, ampliarmos nossos olhares em relação à escola e às relações sociais que nela estão presentes. Essa ampliação só foi possível ao compartilharmos entre nós nossas experiências e saberes que nos permitiram a construção de novos conhecimentos. Afinal, o conhecimento nasce de uma relação dialógica entre sujeitos e dialética entre conhecimentos formalizados e conhecimentos de experiência feitos.

Esse processo tem contribuído de maneira sutil, para fortalecer, intelectual e emocionalmente, as colegas trabalhadoras não docentes que buscam formação superior a resistirem, persistirem e permanecerem na universidade enquanto não encontram formação profissional própria para as suas funções educativas na escola.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Acessado em 10 ago. 2025. Online. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

**BRASIL. Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009.** Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2009. Acessado em 10 ago. 2025. Online. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm)

**BRASIL. Ministério da Educação. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação : em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília : MEC, SEB, 2004.

**FREIRE, P.R.** Não há docência sem discência. In: \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 23-51.

**SCAPINI, L.A. Educadores Invisíveis: A Ação Educativa Dos Não Docentes Na Escola.** 2014. Tese (Mestrado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Paraná. Online. Acessado em 10 ago. 2025. Disponível em [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1571498](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1571498)